

# DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O DIÁLOGO SOCIAL NO BRASIL: O MODELO SINDICAL BRASILEIRO E A REFORMA SINDICAL

**Zilmara Davi de Alencar\***

**E**m recente balanço feito nas negociações tidas em 2009, constatamos um avanço, um acréscimo de 2,9% real de aumento de salário. Então, em 2009, via negocial, tivemos um aumento de 2,9% no salário de todos os trabalhadores alcançados por instrumentos coletivos e isso, agregado ao aumento do salário mínimo e à valorização do salário mínimo, constitui, sem dúvida, avanço considerável para uma democrática e verdadeira relação de trabalho.

Hoje, é difícil ser sindicalista neste país. É difícil por quê? Porque estamos pautados num mundo onde o individual se sobrepõe ao coletivo. Não temos uma cultura de termos nos bancos da faculdade, nas cadeiras, nas disciplinas de Direito do Trabalho, temos toda parte de Direito individual, mas, quando chegamos à parte de Direito coletivo, se der tempo, é no último momento. Não há uma valorização, desde os bancos escolares, ao Direito coletivo.

Então, precisamos, nesse primeiro ponto, valorizar o coletivo, para que possamos, de fato, alcançar um diálogo social eficiente, eficaz. Sem essa transição da valorização do individual para o coletivo, não chegaremos lá, com certeza. Para isso, precisamos fazer uma análise dos pontos da atuação sindical aqui, no Brasil.

Há quem diga que as consequências do regime autoritário trouxeram um prejuízo muito grande para o Brasil; e resumem isso à falta de um sindicato autônomo e sem autonomia. Acho que isso vai muito além. A passagem pelo regime autoritário traz para dentro do nosso sindicalismo uma cultura que não dá ao sindicalismo uma visão mais ampla, mais geral, mais social.

A partir do momento em que temos um sindicalismo que tem como limite a sua organização categorial formada tão somente por categorias, já se faz com que ocorra um cabresto na limitação das negociações coletivas ali

---

\* *Secretária de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.*

existentes. A limitação já se dá a partir do momento em que se tem todas as negociações atreladas ao limite categorial. É necessário quebrarmos esses limites no sentido de termos uma visão ampla para, a partir da quebra desses limites, passarmos a ter, de fato, uma visão social que busque o trabalho decente; um trabalho decente pautado naqueles pilares que são trazidos nas instituições internacionais de construção de um emprego com valor de um emprego decente, de um trabalho onde ocorram todas as relações pautadas no diálogo social, na atuação dos atores envolvidos.

É importante também falarmos que a ausência de diálogo social é fruto de restrições que vemos no entendimento entre esses atores. Verificamos nas palestras que nos antecederam que se verifica um ator tão importante dentro da organização brasileira, como Ministério Público do Trabalho, trazendo pontos que ele considera serem desvantajosos para uma evolução no mundo do trabalho.

Falta diálogo, inclusive entre os principais atores do mundo do trabalho. Precisamos de um maior entrosamento nesse mundo do trabalho, seja no Poder Executivo, seja no Poder Legislativo, seja no Poder Judiciário, seja no Ministério Público do Trabalho. O envolvimento, o diálogo feito entre esses entes, com certeza, não traria aqui uma imagem negativa que se pauta em críticas. Passaríamos a ter momentos de diálogo; passaríamos a nos fortalecer num momento de reflexão e de mudanças.

Estamos num momento de transição; nenhuma transição é feita de uma forma brusca em que também não traga prejuízo para a democracia; toda transição feita de uma forma dialogada, de uma forma pacífica, trará, com certeza, benefícios mais duradouros para toda a sociedade. Então, é esse momento, esse tipo de diálogo, esse tipo de fórum que precisa ser incentivado.

A OIT vem com a sua visão e, com a visão das normas internacionais, as quais não bastam ser ratificadas pelo país. Elas têm de ser a principal fonte inspiradora de todos que aqui estão, de todos os atores sociais. Não adianta fazermos mudanças legislativas sem termos a mudança comportamental.

Quando se fala em reforma sindical, há de se falar antes não numa reforma legislativa, numa reforma normativa; há de se falar, sim, numa mudança de comportamento, numa mudança de valorização da mediação da negociação da aproximação entre os entes. Tem de ter abertura, tem de ter transparência e tem de ter boa-fé; acima de tudo, boa-fé.

Imagino como fica um perito da OIT ao verificar denúncias em que, de um lado, aponta-se como um ajuste e, do outro, aponta-se como uma prática

antissindical. Há dificuldade de se fazer uma avaliação quando se verifica que, na prática, as realidades não são conhecidas a fundo. Então, temos de nos despir do nosso papel e de nos entrosar, a partir do momento, para sabermos, de fato, por quais situações passa cada ator desse.

E a partir do momento em que ocorrer a conscientização de que todos esses atores buscam um fim único de uma evolução social, de uma conquista, de um trabalho decente, de um desenvolvimento sustentável, alcançaremos com isso, sim, a verdadeira reforma sindical, a verdadeira reforma democrática nas relações de trabalho. Então, esse é o princípio básico que verificamos.

Verificamos hoje, no país, que, para superarmos também, precisamos sair desse padrão de sindicato em que tenha apenas a representação; precisamos ir atrás de um sindicato que tenha representatividade. Não basta ter um registro sindical, não basta tão somente atender aos ditames constitucionais e legais, tem de estar também com a aproximação da categoria representada. Se a lei assim determina, que temos de ter o limite da categoria, mas esse sindicato tem de ser, sim, de fato, um legítimo representante, tem de se buscar representatividade, de fato.

E, nesse ponto, não estou falando aqui em formas de aferição de representatividade; toda forma e toda fórmula têm seus erros e deixam sempre um coeficiente de fora. Estamos falando da verdadeira representatividade, da participação também. Quando o Juruna fala: “Não consigo colocar um representante no local de trabalho e não consigo colocar um carro de som”, ele, sem o carro de som, já consegue poucos adeptos da sua categoria que vão lá para discutir pautas que são referentes ao seu trabalho. Imagine se ele não tiver um mecanismo de comunicação para causar o estímulo de participação daqueles que deveriam, por vontade própria, estar participando. Então, é uma questão cultural. Precisamos, de fato, produzir uma mudança na educação deste país, no sentido de trazer a sociedade participativa, e não uma sociedade a reboque.

Lamento muito quando concordo com a afirmação e com o entendimento do professor Siqueira, quando diz que a reforma sindical que tanto foi proposta não vai ocorrer dessa forma. Vai ocorrer, sim, pelo desenvolvimento econômico, na forma como os ditames econômicos vão fazer. Por quê? Porque estamos a reboque. Não há uma verdadeira participação. Então, precisamos, de fato, colocar como um princípio fundamental a mudança na educação do povo brasileiro no sentido de se buscar o coletivo, o social e, essencialmente, a participação. Somente com a participação e com a transformação da representação em representatividade vamos ter essa mudança de que tanto necessitamos.

Eu gostaria também de ressaltar a questão de que, no abandono dessa concepção de representação e a adoção do critério da representatividade, não há como se afastar de uma negociação mais ampla. Não há como se afastar de uma avaliação em que o sindicato não pode tão somente se ater ao seu instrumento coletivo, cláusulas que são, basicamente, as já asseguradas por lei. A negociação coletiva vem exatamente com esse fim de promover avanços negociados. Isso falta também.

Temos um banco de dados no Ministério do Trabalho, onde são feitos os depósitos dos instrumentos coletivos, em que verificamos um número muito grande de acordos e convenções coletivas que tão somente refletem aquilo que já foi assegurado por lei. A negociação não vem nesse sentido. Aquilo que já foi assegurado por lei não precisa mais também estar sendo tratado ano a ano em acordo e convenção coletiva. Precisamos, sim, ali trazer avanços, avanços frutos de diálogo, de negociação.

A partir do momento em que você tem dentro da negociação coletiva não mais o limite de tratar exclusivamente daqueles que já são integrantes da sua categoria, mas também de trazer na negociação coletiva a inclusão dos excluídos, a inclusão daqueles que estão colocados fora do mercado de trabalho, estaremos promovendo o trabalho decente. Então, a negociação coletiva é um meio pelo qual o Brasil vai conseguir ter, de fato, um trabalho decente estabelecido como relação de trabalho, sem dúvida.

E vamos perguntar: com esse sindicalismo vamos conseguir, de fato, esse avanço? Não tenho dúvidas disso. É com esse sindicalismo. Sindicalismo que veio forjado em uma ditadura que o fez ainda revigorar dentro da opressão que lhe era dada. Imagine agora que estamos em um ambiente democrático e estável. É nesse sindicalismo sim, não fazendo críticas a esse sindicalismo, e sim fortalecendo-o, seja com capacitação, seja com oferta de estudo, seja com participação efetiva na promoção de eventos como esse que esse sindicalismo vai alcançar, esse objetivo tão almejado pela sociedade brasileira. Acredito que todos os que aqui estão – e verificamos que são de várias centrais sindicais – não estão de passagem. Estão aqui, sim, para promover mudanças.

Como já falei anteriormente, não é fácil ser sindicalista e verificar, quando você consegue organizar uma greve, que aquela greve foi submetida ao Poder Judiciário e, portanto, caso aquela greve dê continuidade da forma como foi, não pode mais ocorrer, sob pena de multas que prejudicariam o orçamento de uma entidade. Não tenho dúvidas, mas também não tenho dúvidas de que o Judiciário precisa muitas vezes intervir no sentido de evitar abusos que ocorrem não pelos verdadeiros sindicalistas a quem confiamos essa missão de trazer

essas mudanças tão necessárias, mas há sindicalistas que precisam ser transformados, capacitados nessa necessidade de uma visão do social, e não mais numa estreita visão que antes era tão promovida.

Eu gostaria de ressaltar também a questão de que o trabalho decente como condição fundamental para a superação da pobreza e da redução das desigualdades sociais só é possível com a garantia de uma governabilidade democrática. E isso podemos constatar diante da atuação do Poder Executivo ao longo desses últimos anos, no sentido de que essa abertura, de que essa governabilidade democrática se fez presente em todos os momentos. Em todas as esferas, tivemos presente uma abertura democrática para a negociação. Não podemos mais ficar esperando a proposição ser feita exclusivamente pelo Estado. Essa proposição, essa participação tem de vir, de fato, de onde ela deveria nascer, que é da sociedade. Há necessidade de provocar o Estado, sim, para, a partir daí, ele vir a atuar.

Eu gostaria de dizer, para finalizar, portanto, que os sindicatos têm um desafio estratégico, que é desenvolver uma sensibilidade cultural que, a partir desse desenvolvimento dessa sensibilidade cultural e social, terá papel decisivo em nível existencial e político. Esta sensibilidade social, política e cultural trará, sim, um sindicalismo necessário para o nosso século, um sindicalismo pautado numa atuação representativa e de boa-fé.

Eu gostaria de finalizar dizendo que somos todos protagonistas, atores dessa mudança e, com a participação neste fórum, tenho certeza de que todos sairemos daqui com espíritos mais elevados e esperançosos na construção de um Brasil e de um mundo melhor.